



Para que servem as comissões de inquérito?

- A resposta de deputados, advogados e especialistas em comunicação
- 35 anos de comissões, do café e da batata aos Estaleiros Navais de Viana de Castelo

Primeira Linha 4 a 8

María de Belém toma hoje posse como presidente da comissão de inquérito sobre a extinção dos ENVC.



Miguel Baltazar



Primeira Linha

COMISSÕES PARLAMENTARES

Para que servem as comi

Em menos de 40 anos, houve mais de 70 comissões de inquérito. Começa hoje mais uma.

DIOGO CAVALEIRO
ALEXANDRA MACHADO

Não são tribunais, mas têm “poderes de investigação” idênticos aos de autoridades judiciais. Não são tribunais, mas quem é chamado a depor tem de prestar declarações. Não

são tribunais. São as comissões parlamentares de inquérito. Servem para “vigiar” o cumprimento das leis e “apreciar” os actos do Governo. Estão inseridas na Constituição da República Portuguesa.

A primeira remonta a 79 e tem um extenso nome: “Comissão even-

tual de inquérito com o objectivo de averiguar da veracidade das acusações infamantes precisadas no requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PS de 17 de Outubro de 1978”. Ficou para a história como a comissão ao negócio do café. A mais recente, aos Estaleiros

Navais de Viana, inicia-se esta terça-feira, 11 de Fevereiro, e tem a empresa pública entretanto extinta como objecto.

Em menos de 40 anos, já tomaram posse mais de 70 comissões de inquérito. Nos mandatos de Cavaco Silva como primeiro-ministro fo-

ram abertos mais inquéritos parlamentares: 26. Guterres contou com 14 comissões na sua vigência e Sócrates sete. Passos Coelho, numa única legislatura, conseguiu cinco, já incluindo os Estaleiros.

De Zeinal Bava a Maria Luís Albuquerque, de Oliveira Costa a Má-

POLÍTICA

“Se as comissões me valorizaram? Claramente”, admite Nuno Melo



Nuno Melo defende que a visibilidade que ganhou nos inquéritos se deveu ao seu trabalho.

As comissões de inquérito podem ser tanto mais úteis quanto menos politizadas forem.

NUNO MELO
Antigo deputado CDS

A escolha dos deputados que vão participar nas comissões parlamentares de inquérito é feita, na sua maioria, consoante os temas que são tratados, garantem os próprios deputados. Mas é certo que a participação nessas comissões poderá promover determinado representante partidário. Tudo depende do esforço feito.

O nome de Nuno Melo é recorrente em conversas sobre comissões de inquérito e a projecção mediática que pode dar aos deputados. “O trabalho político dá uma maior visibilidade a quem o faz. Se as comissões de inquérito me valorizaram politicamente? Claramente”, defende Nuno Melo que, enquanto deputado do CDS esteve nos inquéritos a Camarate (8.ª



Hugo Velosa, do PSD, vê algum aproveitamento mediático dos partidos, mas sublinha mérito dos deputados.

Infelizmente, por vezes, os grupos escolhem deputados que poderão ajudar na mediatização.

HUGO VELOSA
Deputado PSD

comissão) e ao BPN (1.ª) e que, depois, foi escolhido pelo partido para concorrer ao Parlamento Europeu. “Tudo se mede em função dos resultados. Se os resultados são avaliados de forma positiva, de alguma forma isso beneficia o percurso de vida. Se os resultados não aparecem, não só não beneficia como até pode prejudicar”, afirma Nuno Melo, lembrando que a sua intervenção levou até Vítor Constâncio a chamá-lo de “ignorante”.

Honório Novo, que participou nas comissões ao BPN, BCP, TAP e ao acidente de Entre-os-Rios, sublinha que não sabe o que conta na escolha dos deputados para integrarem as comissões, mas admite que poderá acabar por permitir a tal promoção pública. “Eu próprio



Honório Novo não acredita que partidos escolham deputados para estes ganharem projecção.

Eu próprio beneficiei com a comissão de inquérito ao BPN em termos de projecção pública.

HONÓRIO NOVO
Antigo deputado PCP

beneficiei em termos de projecção pública [com a do BPN]”, assume o ex-deputado do PCP, lembrando que foi uma comissão bastante mediatizada. “Costuma dizer-se, para o bem e para o mal, que tudo o que faz sangue é para a comunicação social”. Tudo depende do trabalho feito e do contexto, explica.

Tendo já integrado três inquéritos, o bloquista Pedro Filipe Soares aponta no mesmo sentido. Há uma dependência face ao tema e ao ambiente envolvente. “Os deputados [da actual comissão a] Camarate não têm tido dimensão mediática. A presença numa comissão parlamentar de inquérito não é sinónimo de visibilidade política”, avança o deputado. Há quem admita que a escolha pode ser feita



Mesmo que haja conclusões partidárias, já é bom ter acesso à informação, diz Pedro Filipe Soares, do BE.

A presença numa comissão de inquérito não é sinónimo de visibilidade pública.

PEDRO FILIPE SOARES
Deputado BE

para retirar vantagens políticas, mesmo que não seja intencional. “Temos de falar com grande crueza. Infelizmente, por vezes, os grupos parlamentares escolhem deputados que poderão ajudar na questão da mediatização”, sublinha o deputado social-democrata Hugo Velosa para quem, contudo, existe “mérito do próprio deputado”, que trabalha e se esforça.

Há uma politização das comissões de inquérito, é certo, segundo Bruno Dias, do PCP. Está-se no local da politização “por excelência”: a Assembleia da República. O problema é se esse aspecto político influencia as conclusões: “Admito que seja negativo não apenas para a imagem dos deputados, mas para a própria substância do trabalho”.

JUSTIÇA

MP segue conclusões das CPI, mas pouco

Apesar dos poderes idênticos aos de um tribunal, uma comissão parlamentar de inquérito avança com um relatório final cujas conclusões “são sempre de natureza política”, de acordo com o antigo deputado do PCP Honório Novo. Mas é um processo em que a Assembleia da República está “intimamente ligada” ao Ministério Público, com o envio de “toda a matéria de investigação para o apuramento da componente não política do que é investigado”.

Está definido por lei que há “troca de informação” entre as duas instituições. É, por exemplo, habitual a comunicação do relatório final de uma comissão de inquérito ao Ministério Público (MP). Este e outros “elementos probatórios sobre declarações feitas e que estão em poder da comissão” podem ser utilizados na investigação judicial, explicou a Procuradoria-geral da República (PGR) ao **Negócios**. Apesar de não haver dados disponíveis, poucas terão sido as investigações judiciais iniciadas com base num inquérito parlamentar.

A assessoria de imprensa sublinhou apenas alguns exemplos desta relação institucional, como a segunda comissão ao BPN, em 2012, cujo relatório final foi remetido ao MP e junto ao processo, actualmente em julgamento.

As comissões de inquérito mais recentes, às parcerias público-privadas e aos “swap” de empresas públicas, já terminaram e os respectivos relatórios foram remetidos ao MP. Os processos estão ainda a decorrer, pelo que se encontram em segredo de justiça.



ssões de inquérito?

Têm poderes idênticos aos tribunais, mas nem todos lhe reconhecem a mesma força

72

Número de comissões de inquérito constituídas em regime democrático. Desde 1979 até hoje, com a dos ENVC.

rio Lino, vários foram os nomes de empresários e políticos que já por lá passaram para prestar declarações.

Nem todos os intervenientes reconhecem a sua pertinência. Mas, com a mediatização recente desta figura parlamentar, há poucas dúvidas de que são meios importantes

para o esclarecimento público. Os deputados falam da necessidade de realizar este tipo de comissões, nem que seja para dar a conhecer informação desconhecida até aí. "É trazer luz para onde existe sombra", nas palavras do bloquista Pedro Filipe Soares.

Há riscos. Um deles é a existência de muitos inquéritos. "Há uma banalização das comissões de inquérito. Uma ou duas comissões por sessão legislativa chega para atingir os objectivos da [figura da] comissão parlamentar de inquérito", comenta o deputado social-de-

mocrata Hugo Velosa. Camarate vai na 10.ª comissão, o BPN teve duas.

Mesmo no campo judicial, não é certo o papel destas comissões, uma vez que poucas terão dado origem a inquéritos judiciais. As conclusões do relatório final são apenas agregadas aos processos já a decorrer.

EMPRESAS

Apesar das críticas é um meio de esclarecimento público



O presidente da BA&N admite que ir às comissões de inquérito pode ser um meio de esclarecimento.



Sofia Ribeiro Branco, sócia na área de Contencioso e Arbitragem da VdA, diz que os segredos são protegidos.



Paulo Farinha Alves gostava que as perguntas fossem mais assertivas nas comissões.

Ninguém gosta de ir, embora seja uma plataforma de esclarecimento que deve ser usada.

ARMANDINO GERALDES
Presidente da BA&N

Fechados numa sala, há gestores sujeitos a um interrogatório. Como na preparação para entrevistas, as perguntas são feitas de forma que chega a ser agressiva. Só que neste caso têm de "enfrentar" deputados. Nenhum dos gestores contactados quis falar da experiência, mas em surdina vai-se apontando o dedo a estes inquéritos. Em especial à forma. As perguntas, dizem, são intervenções muitas vezes políticas. Algumas irrelevantes e, até, hostis. "É pior do que ir ao Tribunal, onde há um juiz", diz um assessor.

Mas sabem quem vão enfrentar. Segundo apurou o **Negócios**, há, muitas vezes, um trabalho preparatório para conhecer os deputados, as suas ideias e perfil de actuação. "A Assembleia da Repúbli-

O segredo profissional está protegido e pode ser invocado.

SOFIA RIBEIRO BRANCO
Sócia na área de Contencioso e Arbitragem da Vieira de Almeida

ca é um mundo novo que a pessoa não conhece", reconhece Armandino Geraudes, presidente da agência de comunicação BA&N. Há, ainda assim, gestores com mais perfil do que outros. Por isso, o "treino" pode nem ser necessário.

"Ninguém gosta de ir, embora seja uma plataforma de esclarecimento que deve ser usada", assume Armandino Geraudes, ainda que admita que acaba por ser negativo, para a imagem pública, o envolvimento numa comissão de inquérito. Expõe o gestor e a própria empresa. O "segredo" é conhecer muito bem a matéria, havendo quem opte por ir à comissão acompanhado por assessores de comunicação e juristas.

A obrigatoriedade de depoi-

Nota-se falta de experiência de interrogatório, na elaboração das perguntas.

PAULO FARINHA ALVES
Sócio da PLMJ na área de prática de Contencioso, Contencioso Penal, Contra-ordenacional e Compliance

mento existe, tendo os inquiridos de prestar as informações requeridas. "Quando é muito sensível, envia-se a informação com indicação de hipersensibilidade e sigilosa", explica o advogado Paulo Farinha Alves. Os segredos profissionais estão protegidos, ao abrigo do Código do Processo Penal, garante a advogada Sofia Ribeiro Branco. Aceitar ou não a invocação de sigilo cabe à própria comissão. E aqui surge um problema: "Saber para onde se recorre da decisão".

Foi a recusa a divulgar um valor de negócio que levou o deputado comunista Bruno Dias a lembrar Zeinal Bava que podia incorrer num crime de desobediência. O caso ficou sanado, ainda na comissão. Mas ficou para a história.

OPINIÃO PÚBLICA

Mediatização "levanta a poeira" de casos como o BPN, "swaps" ou PPP



Bruno Dias, do PCP, acredita que as comissões permitem a obtenção de muitos dados.



O deputado centrista diz que a mediatização excessiva do Parlamento pode encerrar perigos.

Um dos impactos das comissões de inquérito parece ser quase consensual. Servem para colocar um tema na ordem do dia. E até permitem revelar casos e pormenores que, de outro modo, não chegariam ao público. "Levanta poeira", descreve José Ribeiro e Castro, deputado do CDS-PP, para quem as comissões "permitem esclarecer melhor as questões e dão contributos".

"Nas comissões aos 'swaps' e às PPP, por exemplo, ficou a conhecer-se o próprio teor dos contratos, informação concreta", corrobora Bruno Dias, deputado comunista, para quem "graças às comissões foi possível apurar um conjunto de elementos e informações que foram de grande importância. Não estamos apenas a fazer debate político".

O regime das comissões de inquérito prevê que as reuniões e diligências efectuadas "são, em regra, públicas", podendo as actas das audições e todos os documentos obtidos ser consultados após o relatório final. Hoje, a publicidade dos trabalhos passa pela transmissão no canal Parlamento, que já está disponível a todos os portugueses em sinal aberto. Além disso, os órgãos de comunicação social seguem com atenção o desenrolar dos trabalhos. Houve comissões verdadeiramente

A mediatização é um risco grave, porque há o perigo de falar-se para o público em vez de se fazerem leis.

JOSÉ RIBEIRO E CASTRO
Deputado do CDS-PP

te mediáticas. Foi o caso da do BPN ou a do negócio da TVI. E foram, precisamente, nestas que dois inquiridos alegaram o estatuto de arguidos para não responderem. E houve quem pedisse para ser ouvido à porta fechada.

Mas se há a vantagem de o público poder seguir as comissões, Ribeiro e Castro fala, no entanto, num perigo. "A mediatização parlamentar é muito séria e é um risco grave. Pode ficar fora de controlo e virar-se contra os deputados porque há o perigo de se fazerem comícios quotidianos e falar-se para o público em vez de se fazerem leis", diz ao **Negócios** o deputado centrista. Alguns inquiridos admitem que sentiram isso mesmo, que havia preocupação em falar-se para o público.



Para que servem as comissões de inquérito?

Maiorias “podem sempre criar algum problema” no resultado final

Maiores inquinam relatórios. Mas comissões de inquérito têm o seu papel, com poderes que têm sido reforçados

ALEXANDRA MACHADO
E DIOGO CAVALheiro

A Assembleia da República “pode constituir comissões eventuais de inquérito”. É um direito Constitucional, que tem sido utilizado. Na actual legislatura, arranca esta terça-feira, 11 de Fevereiro, o quinto inquérito, estando os partidos da coligação na proposta de quatro deles.

A existência de uma maioria parlamentar acaba por limitar a acção destas comissões. Ou pelo menos condiciona o seu resultado, vertido no relatório final e na sua votação. A recente comissão sobre os contratos de cobertura de risco (“swaps”) de empresas públicas é disso exemplo. A maioria aprovou o relatório, elaborado pela social-democrata Clara Marques Mendes, que responsabiliza o Governo de José Sócrates e abanca. A oposição não gostou. E Jorge Lacão, que presidiu à comissão, vai, esta quarta-feira, 12 de Fevereiro, fazer uma intervenção política em Plenário sobre os resultados: “Enquanto presidente (...) procurei exercer as minhas responsabilidades com total critério de isenção e neutralidade. Porém, esse tempo chegou ao fim. Agora é o tempo para poder exprimir uma reflexão ponderada sobre os resultados do trabalho da comissão”.

Agora é o tempo possível para poder exprimir uma reflexão ponderada sobre os resultados.

JORGE LACÃO

Deputado PS que presidiu à comissão de inquérito aos “swaps”

O modo de funcionamento das comissões volta a estar em causa.

Os relatores das quatro comissões de inquérito desta legislatura são todos do PSD. O social-democrata Hugo Veloso assume que “as maiorias podem sempre criar algum problema em termos de relatório final”. Uma visão partilhada por grande parte dos deputados.

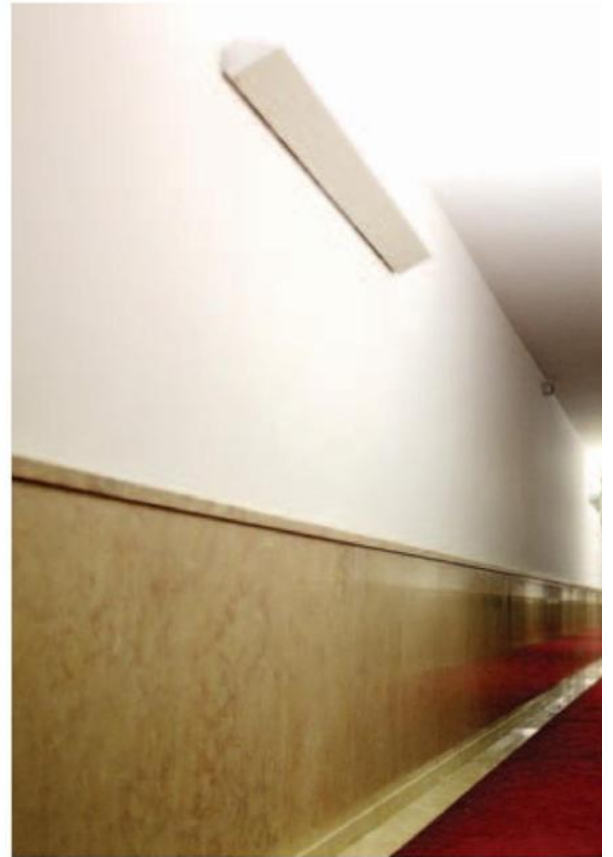
É por isso que um “não político”, o advogado Paulo Farinha Alves, sugere independência do relator e do presidente da comissão. Os deputados opõem-se: “A Assembleia é o sítio da politização por excelência”, diz o comunista Bruno Dias. Ribeiro e Castro, do CDS-PP, assume que “há comissões fortemente abrasivas do ponto de vista político, mas esse é um custo da democracia”.

O primeiro regime aprovado pós-25 de Abril para as comissões de inquérito data de 1977. E nele já se consagrava poderes de investigação das autoridades judiciais. Clarificou-se, em lei posterior, que não se incluem poderes de buscas, apreensões, escutas, reservados constitucionalmente às autoridades judiciais.

Em 1997, já se obrigava ao depoimento de quem fosse chamado (ainda que o modelo de perguntas em bloco permitia deslizes nas respostas). Mas se a recusa era crime de desobediência, passível de prisão de três meses, a partir de 1993 tornou-se desobediência qualificada, com moldura penal mais severa.

Por outro lado, a redacção actual do regime das comissões de inquérito até torna mais ampla a invocação de sigilo, acredita Sofia Ribeiro Branco. Na redacção de 77, as limitações abrangiam o segredo de Justiça e de Estado. Agora é o Código Penal que as enquadra, salvaguardando os segredos profissionais.

O regime dos inquéritos parlamentares, criado em 1977, teve três revisões: 1993, 1997 e 2007. Paulo Farinha Alves, acreditando que das revisões resultou um reforço de poderes, não tem, no entanto, dúvida de que “se considera terem mais poderes do que o que realmente têm”.



Comissão dos Estaleiros toma posse

Começa esta terça-feira, 11 de Fevereiro, mais um inquérito parlamentar. Esta comissão, que será presidida pela socialista Maria de Belém, pretende apurar “as circunstâncias e responsabilidades que levaram à extinção da empresa pública Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a subconcessão dos

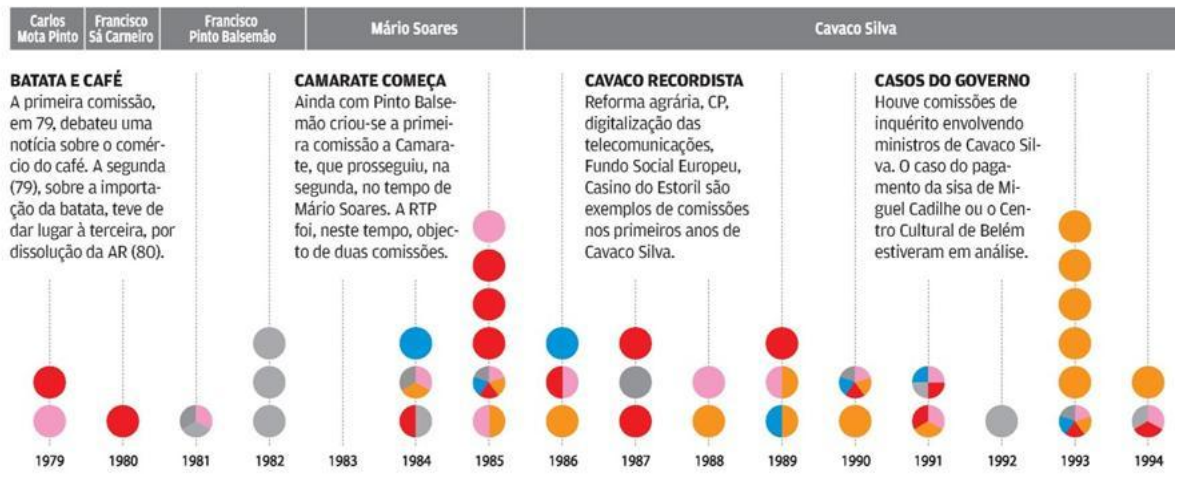
COMISSÕES DE INQUÉRITO AO SABOR DA POLÍTICA

A constituição das comissões é arma política. Com maiorias absolutas, os partidos do Governo são quem lideram as iniciativas. Veja quantas comissões houve e quem as propôs

LEGENDA

Partidos Proponentes:

- PSD
- PS
- PCP
- CDS-PP
- BE
- Outros partidos





Miguel Baltazar



seus terrenos e infra-estruturas ao grupo Martifer". Com maioria no Parlamento, o PSD será o partido mais representado, com sete deputados. O parceiro de coligação governamental, o CDS, contará com dois. Na oposição, o PS estará presente com cinco parlamentares (incluindo Maria

de Belém), o PCP com dois deputados e o Bloco de Esquerda apenas com um representante. A tomada de posse dos deputados acontece esta terça-feira. A comissão, proposta pelo PCP com o apoio do BE, PEV e alguns deputados do PS, tem uma duração prevista de 120 dias.

PERGUNTAS A

● MARIA DE BELÉM ROSEIRA

DEPUTADA DO PARTIDO SOCIALISTA

“É necessário pensar se o regime das comissões em vigor é o mais adequado”

A presidente do Partido Socialista, Maria de Belém Roseira, vai liderar mais uma comissão de inquérito. Depois de, em 2009, ter presidido ao primeiro inquérito ao BPN, Maria de Belém inicia esta terça-feira, 11 de Fevereiro, mais um mandato como presidente de uma comissão de inquérito, desta vez aos Estaleiros Navais de Viadão Castelo. No passado, ficou já a presença no inquérito aos actos do Governo e da Administração no processo da Fundação para a Prevenção e Segurança, em 2001.

A ligação da Maria de Belém aos inquéritos parlamentares prende-se com a presidência da comissão ao BPN e sua nacionalização. Como foi essa experiência?

Fui presidente de uma comissão, talvez da única que se identifica como muito importante, a primeira ao BPN. Uma comissão que se distinguiu pelo que conseguiu apurar, pela informação que apurou, pelo que mostrou do trabalho que os parlamentares fazem. Uma comissão que lidou com matérias sigilosas e em que não houve nenhuma violação desse sigilo. Foi uma comissão exemplar. As pessoas ficaram com muito boa impressão do trabalho dos deputados.

Não poderá ter havido uma forma de promoção partidária nesse trabalho?

Foram interrogatórios que iam ao cerne da questão, pois os deputados tiveram acesso a informação que lhes chegou directamente. Por exemplo, [o então deputado centrista] Nuno Melo ganhou uma grande visibilidade e isso, claro, favoreceu o “score” eleitoral do partido. Mas acho que os deputados se destacaram [pelo trabalho que fizeram].

Como é que se escolhem os deputados que fazem parte de uma comissão?

É em função do assunto, se é uma pessoa experimentada naquele assunto, tem que ver com as pessoas que mais conhecimentos têm [na matéria]. Mas isso difere entre grupos parlamentares maiores e grupos mais pequenos [os últimos têm menor oportunidade de variar os deputados entre as várias comissões].

E como foi ser presidente de uma comissão de inquérito desse género?

Ser presidente foi um trabalho duríssimo. Um exercício quase sobre-humano.

Olhando para a figura da comissão de inquérito, há algum aspecto do regime que devia mudar?

As comissões regem-se por

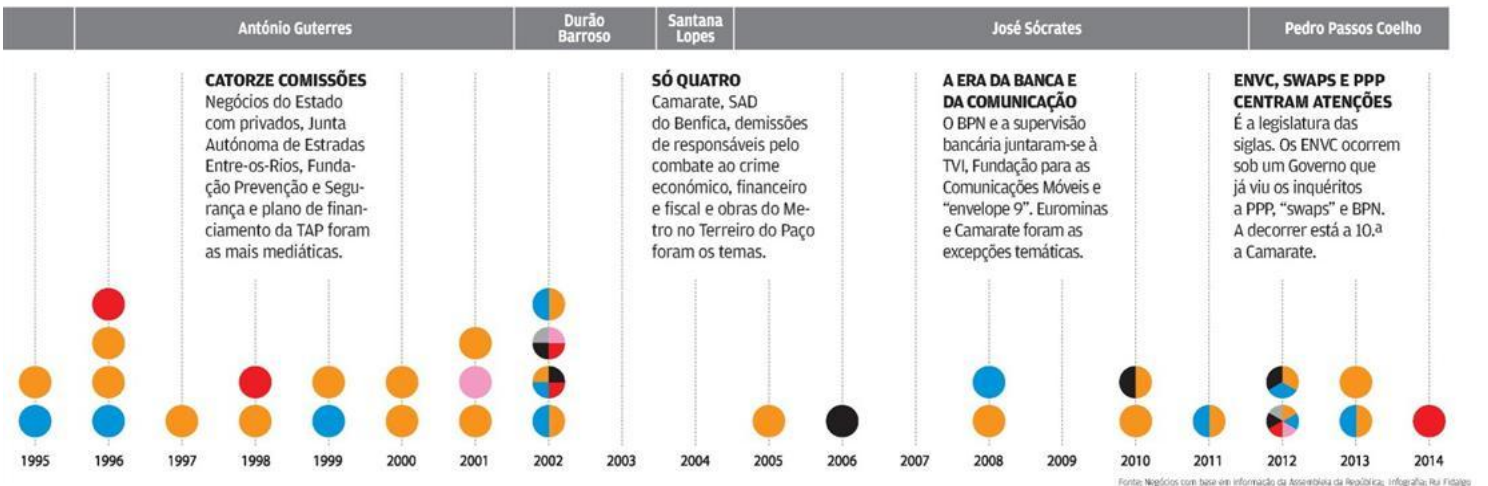
uma lei com alguns anos e era cada vez mais necessário pensar se o regime actualmente em vigor é o mais adequado. Refiro-me à questão do relatório dos trabalhos. [Está definido que] o presidente não se imiscui nas questões partidárias. O relatório também deveria ter essa imparcialidade.

Porque considera que essa alteração regimental é necessária?

As comissões não justificam tantas horas de trabalho se não for para acrescentar a vertente de independência. Se não fizermos isso, as comissões de inquérito não acrescentam nada a não ser horas de trabalho improdutivo. O que importa são os relatórios terem conclusões palpáveis e imparciais.

Há algum episódio de uma comissão parlamentar de inquérito que guarde com especial memória?

Sim, a audição a Oliveira Costa [na primeira comissão ao BPN]. Ninguém pensava que fosse possível. Para isso, contribuiu perceberem que o trabalho que estava a ser feito era sério. E também devido à confiança que mereço. Muita gente estranhou que Oliveira Costa tenha sido bem tratado no Parlamento. Mas o contexto da política é o de uma actividade nobre. **dc**





Para que servem as comissões de inquérito?

Histórias à volta do “sentido estratégico” e do “interesse para o país”

Governantes e ex-governantes. Empresários. Reguladores. Conhecidos e desconhecidos. Já muita gente passou nas comissões parlamentares de inquérito. Horas a fio de audição. Sem interrupções. Com pausas. Pessoas ouvidas uma e outra

vez. Inquéritos agressivos. Inquéritos apaziguadores. Desejos de boa sorte para o futuro empresarial. Ameaças de desobediência. E até silêncios. Tudo isto já se passou nas salas das comissões

ALEXANDRA MACHADO e DIOGO CAVALEIRO

Dois guardas prisionais, um advogado e Oliveira Costa. Assim chegava o ex-banqueiro à Assembleia da República para ser inquirido na comissão parlamentar sobre o BPN. Em Maio de 2009. Era a segunda vez que se deslocava, para o mesmo fim, ao Parlamento. Na primeira recusou-se a falar, alegando a sua condição de arguido. O que não disse na primeira, acabou por compensar na segunda, com a leitura de um depoimento de 57 páginas, onde se defendeu, acusando alguns accionistas da SLN de terem feito uma cabala. Maria de Belém, que presidia à comissão de inquérito, assume o seu papel decisivo na ida de Oliveira Costa ao Parlamento. “Ninguém pensava que fosse possível”, diz ao **Negócios**.

Oliveira Costa não foi o único, na condição de arguido, a sentar-se à cabeceira de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). Nos últimos anos, também Rui Pedro Soares esteve na comissão à tentativa de compra da TVI pela PT nessa condição. E nessa condição recusou-se a responder aos deputados, ainda que tenha feito uma declaração inicial. Depois de ler o seu depoimento, calou-se. Foi acusado, então pela oposição (PSD e CDS), de estar a proceder a um crime de desobediência qualificada, por não responder.

E foi no depoimento que pediu desculpas a José Sócrates, então primeiro-ministro: “Se alguma vez invoquei o nome do primeiro-ministro, em conversas privadas ou não, se o fiz, fi-lo abusivamente, e tenho de assumir todas as responsabilidades e aceitar todas as consequências e pedir desculpas ao primeiro-ministro”. O mesmo chefe de Governo que foi chamado à comissão, mas que exerceu a prerrogativa de responder por escrito. Uma possibilidade consagrada na lei das CPI desde 2007. Essa prerrogativa é extensível a ex-primeiros-ministros, presidentes da República e presidentes da Assembleia da República (em vigência e anteriores). Foi também por escrito que Passos Coelho respondeu na comissão do BPN.

Antes das alterações legislativas, já António Champalimaud, no final dos anos 90, optou por não comparecer no Parlamento, respondendo por escrito à comissão que investigou os negócios do Estado com grupos privados. O socialista Manuel dos Santos chegou a justificar esta opção,



Pedro Elias

Forte mediatismo | O silêncio de Oliveira Costa foi um dos pontos altos de notoriedade na longa vida das comissões.

não apenas pela debilidade física do empresário (também Oliveira Costa já estava doente quando foi ao Parlamento), mas pelo “espectáculo” que a sua presença se iria tornar.

Horas (impróprias) de inquirição

São mais de 70 comissões de inquérito nos 40 anos de democracia. A contabilização das horas de inquirição não está feita. “Em horas de inquirição dá para tudo, dá para rir, chorar, indignar-se”, diz um advogado que acompanhou um inquirido. Vítor Compañão, actual vice-presidente do BCE e que foi governador do Banco de Portugal, não deixou passar despercebido o número de horas que esteve, por duas vezes, no inquérito ao BPN. Oito horas de cada vez, disse. A última das quais terminou às três da manhã. Foi também a horas tardias que Zeinal Bava foi ouvido no inquérito à Fundação para as Comunicações Móveis. Vindo de uma viagem de trabalho, dispôs-se a ir ao Parlamento às 21 horas. Terminou a inquirição madrugada dentro.

Se nas últimas comissões, em particular nado BPN, houve muitas noites de trabalho, para a história ficou, no entanto, uma audição madrugada

dora. Em 1998, na comissão dos negócios do Estado com privados, Belmiro de Azevedo, presidente da Sonae, começou a ser ouvido às oito da manhã. Subserviência do Parlamento? A questão colocou-se. António Filipe, deputado comunista, escreveria no “Avante” que a marcação da hora e dia resulta de um contacto entre o Parlamento e o inquirido. E que os deputados acederam na hora porque queriam mesmo ouvir o patrão da Sonae que, numa primeira abordagem, tentou a dispensa do depoimento. Nesse mesmo texto, aliás, António Filipe critica a falta de jornalistas nas audições desse inquérito, quando feitas a horas mais tardias.

Isso foi no final dos anos 90, mas a proliferação de estações noticiosas tornaram as comissões mais mediáticas. A ponto do filho de Oliveira Costa ter pedido para ser ouvido à porta fechada no caso BPN.

Muitas comissões têm começo de por notícias nos jornais. Foi o que aconteceu logo na primeira comissão. Em 1979, uma notícia do “Comércio do Porto” deu origem ao inquérito sobre a intervenção de um deputado socialista nas importações de café de Angola. O deputado foi ilibado pela comissão, pedida pelo próprio PS.

A não declaração do valor real da sisa por parte do então ministro das

Finanças, Miguel Cadilhe, foi denunciada no “Independente” e chegou ao Parlamento sob forma de inquérito. Cadilhe respondeu. Mas só no ano seguinte saiu do Governo de Cavaco Silva. O jornal “O Diário” esteve, também, na origem da comissão de inquérito, em 1985, sobre a acusação de corrupção ao deputado José Reis Borges.

Muitos inquéritos em democracia

Nos 40 anos de democracia em Portugal, o Parlamento já aprovou mais de 70 comissões de inquérito. Muitas com o mesmo objecto de análise. Só a da Camarate já vai na décima. Mas Ribeiro e Castro, deputado do CDS-PP, explica que muitas ficaram pelo caminho por dissolução do Parlamento e diz que há que perceber por que houve tantas. A primeira comissão à queda do avião que vitimou o então primeiro-ministro Sá Carneiro e o ministro Amaro da Costa, a 4 de Dezembro de 1980, foi em 1982. A 10ª comissão está a decorrer. O deputado centrista não tem dúvidas de que as comissões a Camarate foram determinantes para se passar da tese de acidente a atentado. Ainda assim não houve consequências judiciais.

Oliveira Costa estava em prisão preventiva quando, pela segunda vez na comissão de inquérito, decidiu falar e leu, durante três horas, um depoimento de 57 páginas.

“Sem poderes de investigação e a esta distância é muito difícil estabelecer a responsabilidade pessoal dos autores materiais do crime”, assume ao **Negócios**, mas acredita que “a Assembleia da República fez bem o seu papel o que muitas vezes não é valorizado”. Por outro lado, lamenta “a forma como o sistema judicial lidou com este caso”.

Está também por fazer o recorde de maiores presenças nos inquéritos parlamentares. Nos últimos anos, no entanto, Zeinal Bava terá de estar no top. Duas comissões quase em simultâneo envolveram a PT: a da compra da TVI e a da Fundação para as Comunicações Móveis. Num curto espaço de tempo, o presidente da PT esteve por três vezes a ser inquirido. A última presença foi mesmo a um domingo, acabando por sair do Parlamento com desejos de boa sorte por parte dos deputados na sua “missão” de enfrentar a Telefónica na compra da Vivo. Foi pela voz do social-democrata Agostinho Branquinho (o tal deputado que nessa mesma comissão perguntou “o que é a Ongoing?” e meses depois aceitou deixar a função de deputado precisamente para ser gestor da empresa) que Bava ouviu: “Temos sentido estratégico para perceber o que é importante para o nosso país”.